



Foto: Evandro Rodney



Foto: Edgar Corrêa Kanaykö

DAQUI

PÁGINA 7

*A trajetória militante
de Célia Xakriabá*

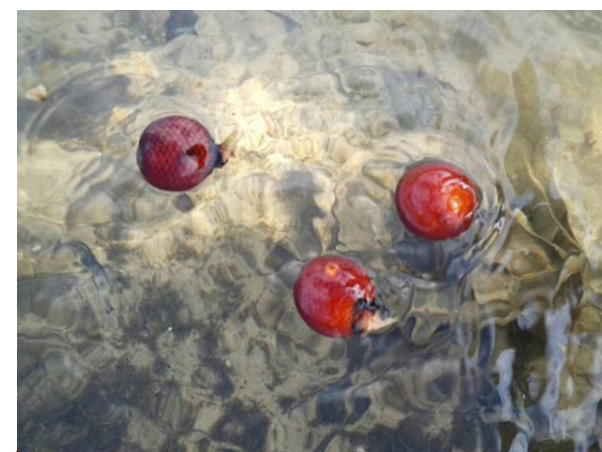


Foto: Robson Munhoz de Oliveira

SUSPIRÂNCIA

PÁGINA 6

*Política Estadual para o
Desenvolvimento Sustentável
de Povos e Comunidades
Tradicionais em Minas Gerais
começa a sair do papel*

MOSAICO DISCUTE

Ampliação do Parque Estadual Veredas do Peruaçu

É possível achar um meio termo entre a preservação ambiental e a garantia dos direitos de comunidades tradicionais?

PÁGINAS 4 E 5

GERAIS

PÁGINA 3

Até o fim de setembro, Mosaico contará com 30 novos condutores ambientais



Foto: Hebert Canela Salgado

TRAVESSIA

PÁGINA 8

Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, em breve aberto à visitação

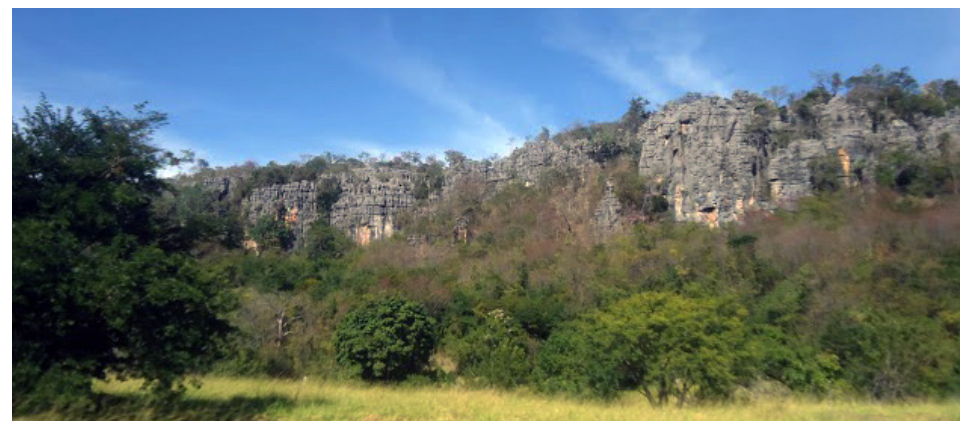


Foto: Luiz Tarcízio Gonzaga

PÃO OU PÃES

EDITORIAL MOSAICO SERTÃO VEREDAS PERUAÇU

É sempre muito interessante podermos desfrutar de informações sobre o que está acontecendo no Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu.

Esta edição do Jornal do Mosaico dá uma pequena amostra da riqueza de diversidade de ações e temas que permeiam o dia-a-dia do Mosaico.

A riqueza da biodiversidade está presente nas matérias sobre o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, sobre o sapo-da-vereda, sobre o Parque Estadual Veredas do Peruaçu, que passa por uma discussão que versa sobre a sua ampliação e a conjugação de esforços de proteção integral e de uso sustentável da biodiversidade e, principalmente, dos recursos hídricos, com o envolvimento das populações tradicionais que vivem no lugar.

A riqueza da sociodiversidade e da cultura estão presentes na entrevista com Célia Xacriabá, indígena pertencente ao Povo Xacriabá e nas matérias sobre a política estadual de povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais, sobre

turismo e sobre o XIII Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas.

O grande desafio do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu é o reconhecimento por seus habitantes de que o território em que vivem é uma terra privilegiada, com grandes riquezas em termos ambientais, sociais e culturais e que os processos de desenvolvimento estejam embasados em princípios de sustentabilidade.

Não podemos aceitar que o Velho Chico agonize na nossa frente e, apesar de conhecedores das causas que estão acarretando este verdadeiro drama, não tenhamos condições de influenciar na definição de políticas públicas capazes de reverter este quadro. Os desmatamentos desenfreados, proporcionados principalmente pelo avanço dos grandes monocultivos de soja, capim, eucalipto, criação de gado, feitos muitas vezes sem os devidos cuidados com o meio ambiente, estão comprometendo muitos rios que deságuam no São Francisco. Várias áreas de preservação permanente estão sendo derrubadas, nascentes estão secando, cursos d'água sendo desviados, barragens sendo construídas, projetos

de irrigação irracionais sendo instalados, dentre outras causas que têm levado à morte lenta do Velho Chico.

Nesse sentido, o Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu pode cumprir um papel relevante para a região na busca do desenvolvimento sustentável. A ideia é que as áreas protegidas que compõem o Mosaico (parques, reservas, refúgios áreas indígenas, áreas quilombolas, etc), trabalhadas de forma integrada e com a participação efetiva da população local, possam ajudar a proteger a biodiversidade, os recursos hídricos, as tradições culturais. Assim, preconiza-se que as atividades econômicas se desenvolvam respeitando as áreas protegidas do Mosaico e se estabeleçam políticas para incentivar atividades mais compatíveis com a preservação da natureza, a exemplo do turismo ecocultural de base comunitária e do extrativismo sustentável de produtos do Cerrado.

Cesar Victor do Espírito Santo

Engenheiro Florestal, superintendente executivo da Funatura e secretário executivo do Conselho do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu.

CARTAS DO LEITOR

Gostou do que leu? Não concorda? Quer dar um pitaco, completar uma informação ou colocar sua opinião? Você também pode participar do Jornal do Mosaico. Envie suas impressões para o e-mail jornaldomosaico@gmail.com, ou para a sede do Instituto Rosa e Sertão, que fica na Avenida Minas Gerais, 900, Centro, Chapada Gaúcha - MG - CEP: 39314-000. A cada nova edição, o Conselho Editorial vai selecionar algumas cartas e e-mails para a publicação. **Participe!**



EXPEDIENTE

Informativo do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

Financiado pelo Projeto Turismo Ecocultural de Base Comunitária no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu - Acordo de Cooperação Financeira entre o Instituto Rosa e Sertão e o Fundo Socioambiental Caixa.

Instituto Rosa e Sertão

Tereza de Jesus Silva Santos - Presidenta
Vice-Presidenta Vitória Cardoso Silva dos Santos
2ª Vice - Presidente Ambrosina Barbosa Neves
Damiana Campos - Coordenadora Executiva

Conselho Consultivo do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu

Presidente: Valeriano Silva - Gestor da Refúgio Estadual de Vida Silvestre do rio Pandeiros
Secretário Executivo: Cesar Victor do Espírito Santo - Funatura - Fundação Pró-Natureza - Superintendente Executivo

Conselho Editorial do Jornal do Mosaico

Damiana Campos - Coordenadora Executiva Instituto Rosa e Sertão
Cesar Victor do Espírito Santo - Superintendente Executivo - Funatura
Débora Takaki - Prefeitura Municipal de Januária - Secretária de Meio Ambiente
Hamilton dos Reis Sales - Membro do Grupo de Espeleologia e Estudos Orientados de Januária
Hebert Canela Salgado - Instituto Grande Sertão
José Fino - Associação Quilombola 'Vó Amélia'
Marcelo Juliano Rabelo Oliveira - Instituto Biotrópicos
Joel Araújo Sirqueira - Gestor Técnico do Projeto 'Extrativismo Vegetal Sustentável' no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu'

Expediente

Jornalista Responsável: Carolina Abreu Albuquerque
(Reg. Prof. 18.140/MG)
Redação: Carolina Abreu Albuquerque
Projeto gráfico: Amanda Rabelo Cardoso
Revisão de conteúdo: Damiana Campos
Impressão: JDC Comunicação Integrada
Tiragem: 3.000 exemplares

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados a fonte e o autor.

Instituto Rosa e Sertão

Avenida Minas Gerais, 900, Centro, Chapada Gaúcha / MG
CEP: 39314-000 / Telefone: (38) 3634-1463
E-mail: rosaesertao@gmail.com
Blog: www.rosaesertao.blogspot.com

MERCADO DAS PULGAS

Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas

No fim de julho, o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas reuniu mais uma vez em Chapada Gaúcha expressões que mostram a força e a alegria da cultura sertaneja! Chamamos a todas e todos os participantes a enviar registros (em foto, vídeo, prosa e poesia) sobre o Encontro. O material será exibido no site do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu: www.mosaicosvp.com.br.



Foto: Fábio Toledo / ADJSC

ENTRE A AVENTURA E A PROSA NA COZINHA

Curso de formação de condutores ambientais aposta em aliar os atrativos naturais do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu à valorização das comunidades tradicionais da região

Com a proximidade da abertura do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (saiba mais na página 08), a expectativa no território do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu é receber cada vez mais turistas. Em busca de adequar essa demanda à realidade das comunidades locais, o Instituto Rosa e Sertão vem oferecendo, desde março deste ano, oportunidades de formação para condutores ambientais da região.

Como explica o consultor em turismo Thiago Neves Silva, a formação foi pensada em duas etapas. Nos meses de março e abril deste ano, foi realizada a I Rodada de Capacitação Introdutória para condutores ambientais no território do Mosaico. Foram ministrados cursos de 40h nos núcleos Peruaçu, Pandeiros e Grande Sertão, com a participação de 103 cursistas. Thiago conta que essa fase introdutória buscava nivelar as informações entre os presentes e selecionar os participantes

para a segunda etapa. “Em cada pólo, fomos identificando quem tinha perfil e de fato tinha interesse em trabalhar na área”, ele explica. “A proposta é capacitar as pessoas que serão a linha de frente dessa demanda turística que está surgindo no Mosaico”.

Assim foram selecionados os 30 cursistas que compõem a turma do curso de 200h/aula, realizado desde julho. “É um curso bastante intenso. Com base na Resolução nº08/2008 ICMBio [que regulamenta as atividades de condução ambiental], passamos por temas bastante variados: a questão da geografia, as habilidades e competências do condutor, o perfil profissional, o planejamento da atividade a ser desenvolvida com o turista, procedimentos de segurança, primeiros socorros...”, ele relata.

Para além do que está previsto na Resolução, o curso busca valorizar o turismo de base comunitária. “Várias pessoas que estão fazendo o curso são

de comunidades tradicionais, como a reserva indígena Xakriabá [em São João das Missões] e a comunidade de Gaim, do município de Cônego Marinho”, explica Thiago. “Todo o conteúdo é pensado na ótica da comunidade. Estamos dando um destaque nesse segmento, buscando inclusive a motivação dessas pessoas”. Para Érica Sakaya, cursista de Januária, essa abordagem vem sendo o aspecto mais interessante do curso. “Eles não ficaram presos às técnicas da condução. Na verdade, foram abrindo a visão da gente sobre a visão política e visão social envolvida na atividade”, ela pontua. “Muita gente nem imaginava que poderia trabalhar com turismo no quintal de casa. Isso é muito rico para a comunidade”.

Além das etapas de formação presencial, o curso conta com atividades a distância em um ambiente virtual, estágios em unidades de conservação do Mosaico SVP e uma viagem de intercâmbio. Até o fim de setembro, serão formados 30 condutores, dos três núcleos do Mosaico.



Foto: Hebert Camela Saigado

Condutores em formação: curso enfatizou dimensões políticas e sociais do turismo de base comunitária

PRESERVAÇÃO: ETERNO DILEMA

Possível ampliação do Parque Estadual Veredas do Peruaçu traz à tona conflitos entre a proteção integral do meio ambiente e a manutenção dos modos de vida de comunidades tradicionais

MOSAICO DISCUTE

No ano de 2009, a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) impulsionou um processo de mobilização pela ampliação do Parque Estadual Veredas do Peruaçu – uma das 12 unidades de conservação que compõem o Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu. O Instituto Estadual de Florestas (IEF) chegou a realizar algumas audiências públicas à época, mas o processo não avançou. Retomada este ano, a discussão sobre a ampliação da unidade esbarra em um conflito bastante comum: a criação de unidades de proteção integral em territórios tradicionalmente ocupados por comunidades de geraizeiros e pequenos agricultores. Como conciliar a proteção do meio ambiente à garantia dos direitos de povos e comunidades tradicionais?

Veredas em jogo

O Veredas do Peruaçu foi criado em 1994, com uma extensão de aproximadamente 30 mil hectares. O parque abrange parte do território dos municípios de Januária, Cônego Marinho e Bonito de Minas, abrigando grandes veredas e um complexo de lagoas. A proposta apresentada pela AMDA, elaborada com base em estudos desenvolvidos pelo IEF, buscava ampliar o parque em cerca de 120 mil hectares, incluindo territórios dos municípios de Montalvânia, Miravânia e São João das Missões (veja o mapa na página ao lado). De acordo com João Oliveira, gerente do Parque Estadual, a ampliação é um pedido de alguns moradores da região há muito tempo: “Há quase 15 anos, o pessoal já estava preocupado com a questão da água. O parque é uma caixa d’água, abastece quase todas as nascentes da região”. João

se refere à área de aquífero em que se situa o Veredas, que alimenta as veredas e terras úmidas onde nascem os cursos d’água que formam as bacias hidrográficas dos rios Pandeiros, Cochá e Peruaçu. “Hoje o pessoal está sentindo na pele a questão da água. O Peruaçu está praticamente seco: eu estou há 34 anos na região e não acredito que ele vá voltar a ser como antes”, ele aponta.

A percepção de João não é isolada. Mário Lúcio dos Santos, Supervisor do Escritório Regional do IEF no Alto Médio São Francisco, explica que uma série de estudos recém-concluídos apontou o rebaixamento do lençol freático na região. “Nós constatamos um recuo das nascentes dos principais rios da região. Principalmente a nascente do Peruaçu, que chegou a afastar 15 km da localização original em um período de cinco anos”. O biólogo Guilherme Ferreira, do Instituto Biotrópicos, relaciona a escassez de água a práticas como a monocultura de eucalipto, que se tornaram muito comuns no entorno do parque devido à ocupação da área por empresas de reflorestamento. “Se você coloca uma densidade alta de plantas que crescem em uma velocidade muito rápida em uma região em que a água já está escassa, essas plantas têm um impacto muito forte sobre os recursos hídricos”, ele explica.

João acredita que, se tivesse sido realizada 15 anos atrás, a ampliação poderia ter freado esse processo. O gestor não é otimista em relação à recuperação dos recursos hídricos, mas acredita que a retomada da discussão este ano pode evitar danos maiores – e por isso deve ser realizada com urgência. Guilherme aponta que, mesmo a essa altura, aumentar a área de abrangência do parque pode ajudar a garantir as áreas de recarga hídrica com vegetação nativa. “A vegetação

nativa minimiza o efeito de seca no Peruaçu, porque quando a chuva vem, ela consegue penetrar no solo e abastece o lençol freático”, ele explica. “Hoje o Parque pega só a parte direita do Rio Peruaçu. É como se você passasse protetor solar de um lado só do seu corpo”. As nascentes dos rios Catulé, Sumidouro e Capivara (que abastecem a bacia do rio Pandeiros) estão dentro da área prevista para a ampliação.

Preservação de todos os modos de vida

De acordo com documentos divulgados pela AMDA em 2009, a área prevista para a ampliação teria um baixíssimo nível de ocupação humana – o que simplificaria o processo de ampliação. Mas Carlinhos Dayrell, Pesquisador do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), afirma que não é bem assim. Ele explica que a criação do Veredas do Peruaçu na década de 90 desconsiderou as comunidades tradicionais que ali viviam, e que foram diretamente afetadas pelo parque. “Os planaltos da margem esquerda do rio São Francisco têm uma história de ocupação muito antiga por comunidades camponesas, reconhecidas regionalmente como geralistas, veredeiras, sertanejas, geraizeiras”, relata. O pesquisador conta que essas comunidades sofreram processos muito violentos de expropriação no período da ditadura militar, quando o governo promoveu a ocupação da região dos gerais, beneficiando grandes fazendas de gado, empresas de monocultura de eucalipto e a colonização por sulistas.

“Muitas comunidades resistiram, passando a viver apenas nas grotas e margens das veredas e córregos e dos pequenos rios, anteriormente abundantes de água”, ele relembra. Carlinhos destaca a contradição

Foto: Hebert Camela Salgado



Veredas do Peruaçu: aquífero é caixa d’água dos rios da região

existente na ideia de que, para conservar o meio ambiente e proteger a biodiversidade, seria preciso remover e reassentar comunidades que ocupam a terra há gerações. “São comunidades que possuem um profundo conhecimento dos ecossistemas locais, que sabem conviver com eles, mas que hoje se encontram na marginalidade, com suas práticas tradicionais sendo criminalizadas pelos órgãos ambientais”. Aderval Costa Filho, Professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG e Coordenador do Programa Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais – GESTA/UFMG, critica a negligência do Estado em relação aos direitos de comunidades atingidas pela criação de unidades de proteção integral. “Esses processos são muito avassaladores. Não aguardam o tempo das comunidades, muito menos dão conta do trabalho técnico que tem que ser feito”, ele pontua. “Efetivamente, não há medidas protetivas. As comunidades ficam à mercê de políticas e de interesses”.

Aderval comenta também a desigualdade na correlação de forças em jogo. De acordo com o antropólogo, as comunidades são sempre prejudicadas nesse tipo de processo, enquanto que empreendimentos de grande impacto ambiental costumam sair ilesos. “Por interesses minerários, é muito fácil aprovar uma lei no Congresso para desafetar partes de unidades de proteção integral. Mas para garantir interesses de comunidades tradicionais, isso não é considerado efetivamente”, ele aponta. Jerre Ribeiro Sales, coordenador do projeto Peruaçu, realizado pela da Cáritas Diocesana de Januária, segue a mesma linha de raciocínio: “As comunidades têm que ser removidas, mas e o latifúndio que está do lado? Nós fizemos uma expedição desde a cabeceira do rio e percebemos que o cara do agronegócio está fazendo o que bem quer lá em cima. Quem está sofrendo as maiores consequências são os pequenos agricultores”. Para Aderval, esse tipo de conflito cria embates entre Estado e comunidades, enfraquecendo ambos os lados. “Os interesses econômicos querem exatamente isso: que haja um desgaste para que não haja resistência. Nesse sentido, Minas Gerais é um estado completamente entregue”.

A coexistência é possível?

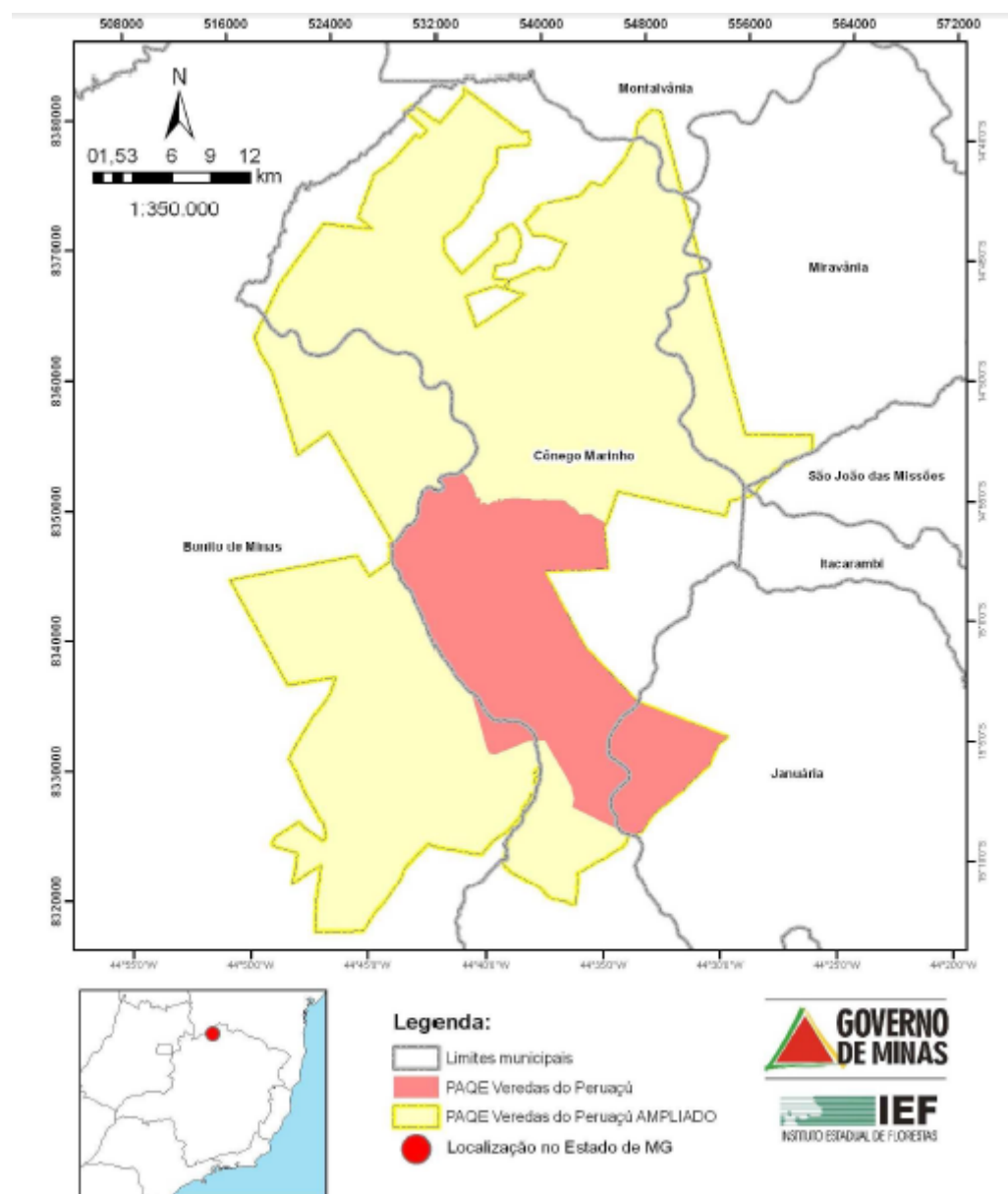
Todas as fontes entrevistadas para esta matéria reforçam o mesmo ponto: para que um processo de conservação ambiental seja bem sucedido, é preciso que ele seja realizado junto às comunidades residentes na região. Jerre afirma, porém, que a ampliação do Veredas do Peruaçu não vem caminhando dessa forma. “Os órgãos que estão puxando essa ampliação ainda

não ouviram a comunidade. Esse tem que ser o primeiro passo, a coisa está vindo muito de cima para baixo”. Sua reivindicação é pela criação de estratégias para compatibilizar a proteção das áreas ameaçadas e a manutenção dos modos de vida das comunidades tradicionais e dos pequenos agricultores que moram na região. “[É preciso pensar] nessa linha de criar uma estratégia do agricultor continuar sua vida no campo. Criar uma área de proteção em que o pessoal possa continuar sua labuta de forma sustentável”, ele demanda.

Em reuniões do Conselho Consultivo do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, lideranças sociais e gestores ambientais chegaram a um meio termo, como explica Mário Lúcio dos Santos. “Na área prevista para a ampliação, existe um extrativismo que a gente pode chamar de nômade. As comunidades vivem na parte mais baixa da bacia, mas soltam o gado e extraem frutos da área mais alta. Utilizam o cerrado de maneira direta, mesmo não morando na área”, ele explica.

“É por isso que nós propusemos a ampliação para mais 60 mil hectares e a criação de uma RDS [Reserva de Desenvolvimento Sustentável, tipo de unidade que permite a ocupação humana] de 60 mil hectares”. Nesse formato, a área preservada seria aumentada em 120 mil hectares, sem necessidade de reassentar comunidades, ou de encerrar suas atividades produtivas. O Conselho deliberou pela publicação de uma moção que pressione pela realização de estudos na área adjacente ao parque, realizados com a participação das comunidades e seguidos de processos de consulta pública.

Para que a proposta funcione, é preciso que todas as partes envolvidas participem do processo de forma ativa – e que façam algumas concessões em relação aos seus interesses mais diretos. De acordo com Mário Lúcio, o IEF já começou a trabalhar com as comunidades que serão afetadas pelo processo e deve prosseguir com o processo de consulta para a elaboração de um Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa do Estado.



Ampliação prevista em 2009 agregaria 120 mil hectares à área do parque. Proposta discutida pelo Conselho do Mosaico prevê a conciliação entre a proteção integral e o uso sustentável do território.

SUSPIRÂNCIA

RUMO À GARANTIA DE DIREITOS

Sancionada em janeiro deste ano, a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais já começa a caminhar

Quilombolas, pescadores artesanais, vazanteiros, indígenas, verezeiros, apanhadores de sempre-vivas, geraizeiros. Minas Gerais abriga uma grande diversidade de povos e comunidades tradicionais: grupos que possuem identidade própria, ligada ao modo de ocupação do território e às condições sociais, culturais e econômicas compartilhadas. Ainda que sua presença no território do estado remonte a gerações ancestrais, esses povos quase sempre enfrentam situações de vulnerabilidade e invisibilidade, cercados por pressões de setores econômicos e processos de discriminação social.

Diante de desafios de peso, como o avanço da monocultura, os interesses desenvolvimentistas ligados a grandes empreendimentos (de mineração ou geração de energia, por exemplo) e os conflitos com órgãos ambientais, alguns setores têm se posicionado na defesa dos direitos de povos

e comunidades tradicionais no Brasil. Quando foi promulgada, a Constituição de 88 apenas esboçou o reconhecimento desses direitos. Ao longo do tempo, outros instrumentos jurídicos, como a Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Decreto nº 6040 (que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais), vêm representando novos avanços nesse processo.

Como explica o antropólogo Aderval Costa Filho, Professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG e Coordenador do Programa Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais – GESTA/UFMG, no início deste ano, foi dado mais um passo nessa direção, com a aprovação da Lei Estadual Nº 21.147, que estabelece a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. De acordo com Aderval, a lei mineira avança em pontos importantes, como a regularização fundiária. “Todas

as comunidades tradicionais pleiteiam a regularização de território. Nesse ponto, a lei aprovada é suficientemente abrangente”, explica o pesquisador. Ele acrescenta que a visibilização dos povos tradicionais também é um ganho, já que é previsto um mapeamento das comunidades residentes no estado.

Para sair do papel, a Lei prevê também a criação de uma Comissão Estadual para a implantação e coordenação da política no estado, em que terão assentos representações do poder público e da sociedade civil de forma paritária – ou seja, com o mesmo peso de voto e deliberação. Aderval conta que já foi constituído um grupo de trabalho, no âmbito da Sedese e da Subsecretaria de Agricultura Familiar, para impulsionar a Comissão. Uma das características centrais de todo esse processo é a participação das comunidades: para regulamentar os tópicos presentes na lei, serão realizadas Oficinas e Audiências Públicas junto a diversas comunidades de Minas.

Conheça alguns dos povos e comunidades tradicionais do território do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu



Comunidade de Buraquinhos



Movimento Geraizeiro do Norte de Minas Gerais



Quilombo São Félix



Povo indígena Xakriabá

VEREZEIROS

As veredas são áreas úmidas típicas dos ambientes de Cerrado, caracterizadas pela presença de palmeiras como o buriti. Verezeiros são moradores das beiras de vereda, onde cultivam a terra e praticam extrativismo.

GERAIZEIROS

Povos que ocupam a chamada região dos “Gerais”, no norte de Minas. Ao longo de gerações, desenvolveram um modo de vida estreitamente ligado ao Cerrado, relacionado ao uso comum do território para a agricultura de pequeno porte, a criação de animais e o extrativismo dos frutos nativos e plantas medicinais.

QUILOMBOLAS

Grupos que compartilham uma identidade étnica relacionada à ancestralidade negra e se autodefinem de acordo com laços de parentesco, modo de relação com a terra, tradições e práticas culturais próprias.

INDÍGENAS

Povos de diferentes grupos étnicos, que ocupavam o território brasileiro antes da colonização. Há registro de mais de 240 povos indígenas no Brasil, falantes de mais de 150 línguas. O Mosaico SVP abriga a Terra Indígena Xakriabá, reconhecida no fim dos anos 80 no município de São João das Missões.

DAQUI

UM PÉ NA ALDEIA, OUTRO NO MUNDO

Militante desde adolescente, Célia Xakriabá luta como jovem, mulher e indígena

No sol quente da tarde em São João das Missões, Célia me conta que Xakriabá quer dizer “bom de remos”. No passado, Xakriabá, Xavante e Xerente, povos indígenas do grupo Akuen, viviam juntos na região do Tocantins. “Os mais velhos contam que esses três povos eram considerado um povo só. E depois esse grupo subdividiu. Xakriabá veio para a margem do Rio São Francisco, Xerente ficou no Tocantins e Xavante no Mato Grosso”, ela relembra. “Só atravessou o Rio São Francisco do Tocantins pra cá na época quem era bom de remo”.

Assim foi criada São João dos Índios, hoje São João das Missões. Dos quase 13 mil habitantes do município, estima-se que 10 mil sejam indígenas – quase 80% da população. Missões abriga a Terra Indígena Xakriabá, reconhecida pela FUNAI no fim dos anos 80, depois de um longo processo de conflitos. A terra foi demarcada, mas a luta não acabou. Memorialmente relacionado ao São Francisco, o território Xakriabá acabou ficando distante do rio no processo de demarcação. “Em todo lugar que fala ‘Xakriabá’, fala que o povo tem referência na margem do rio São Francisco. Mas a gente não tem acesso a ele”, relata Célia. Hoje os Xakriabá buscam a revisão dos limites do território para chegar, de um lado, ao Velho Chico e, do outro, ao Peruaçu.

Para falar sobre Célia, é preciso retomar essa história. “Já pensou a gente chegasse num lugar e falasse sem identidade? A

gente sóalaria assim, eu sou Célia, sou João, e nãoalaria de onde vem”. A jovem explica que o cotidiano na aldeia está muito ligado à vida social compartilhada. Por isso, os Xakriabá, assim como a maioria dos povos indígenas e quilombolas, têm dificuldade em falar no singular.

Desde os 13 anos, Célia participa da vida política de seu povo, por orientação de seu pai, Hilário Xakriabá. Hoje com 25, ela percebe que seu lugar na luta está relacionado a dimensões diferentes, mas complementares, da vivência no movimento. “Eu comecei a pensar que, sempre quando eu saía, eu falava com três identidades. A de juventude, que é muito transitória – e acho que já estou vencendo a minha! –; a questão da mulher, que vem avançando no movimento; e a indígena, que, na verdade, perpassa por todas e permanece”, ela analisa.

Ao terminar o ensino médio na escola indígena Xakriabá, Célia foi aprovada para a primeira turma de licenciatura do curso regular da Universidade Federal de Minas Gerais, que concluiu no fim do ano passado. Foi na universidade que ela decidiu pesquisar mais a fundo as pinturas corporais, que a acompanham quase todos os dias. “Sempre que ando pintada as pessoas falam: ‘ah, é linda essa tatuagem’. Mas não sabem o significado. Eu fui atrás dessas respostas”. Ao longo de sua trajetória de pesquisa, Célia foi compreendendo que a pintura é um ritual relacionado à espiritualidade, assim como a dança do Toré. “Quem realmente sabe, quando sente a pintura por fora, sente

também a alma sendo pintada”, ela explica. Embora a experiência na universidade tenha sido intensa, a jovem conta que a vivência no movimento indígena e quilombola teve um espaço ainda mais importante em sua formação: “A universidade dá conta de formar pessoas em Direito, em Medicina, mas ela não dá conta de formar lideranças indígenas. Esse tipo de formação você vai adquirir na base. Eu falo que a universidade contribuiu, mas a formação que eu tenho todinha hoje não pode ser confundida com a que eu adquiri lá, não. Foi no movimento”.

A importância de formar lideranças jovens para o futuro, conjugando o olhar para dentro da aldeia ao movimento de difusão e valorização da cultura indígena, é sempre lembrada pelos mais velhos. Quando pergunto se Célia se reconhece como uma liderança Xakriabá, ela diz que não, embora seja chamada a ocupar a esse lugar. Com serenidade, ela compara sua condição de juventude ao processo de queima da cerâmica: “Cada um tem seu processo diferente, ninguém é uma peça sem prestígio. Dependendo do barro, a cerâmica precisa de um fogo mais lento, tem outra que já aguenta uma temperatura maior. Algumas são moldadas mais delicadas, outras mais rústicas, e é a pessoa que vai decidindo como vai ser moldada sua peça de cerâmica durante a vida. E aí todo mundo vai sair um produto final. O importante é saber que cada um é de que jeito, porque se for uma peça frágil você não pode colocar muito fogo. Se for uma peça mais resistente...”

Foto: Edgar Corrêa Kanayá



SEMPRE-VIVAS

NONADA

Dizer que já fui se ainda não voltei
Por Werter Valentim de Moraes*

Dizer que conheço o sertão para escrever sobre, é muito.
Dizer que não conheço o cerrado para falar sobre, é pouco.
Andar de vento e prosa pelas bandas daqui é tudo!
Saber que estou aqui é pouco pelo muito que aqui tem.
Aqui o ar é sagrado
A brisa é imaculada
O sol é ardente.
A água uma incógnita para aqueles que não a conhecem!
Mas é aqui que se faz presente o amor, a dignidade, a vontade -
de se viver em comunhão.
Conhecer o sertão com o cerrado pode ser possível para alguns;
Que na flor está sua pele e na terra o seu coração.
Viajar para estar presente só será possível para alguns,
Que na simplicidade está seu jeito de viver e na alegria seu bem viver.
Para comungar comunitariamente a cultura deste cerrado,
Só é possível de corpo presente e com a alma lavada.

* Texto produzido em sua permanência entre maio de 2012 e maio de 2014 como professor visitante na UFMG - campus Montes Claros. Ele atua com projetos de turismo de base comunitária e turismo rural na agricultura familiar, desde 1992.

FAUNA DO CERRADO



Foto: Izabela Barata

Sapo da Vereda

Conhecido popularmente como sapo da vereda, o *Rhinella Vereda* foi descoberto em 2007 na Fazenda Trijunção, localizada no município de Côcos (BA), dentro do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Além do estado da Bahia, a espécie pode ser encontrada no Piauí e no norte de Minas Gerais. Durante a estação chuvosa, o anfíbio costuma ser visto em regiões de cerrado, campo cerrado, veredas e campo sujo. Como é dificilmente registrado na seca, pesquisadores supõem que fique enterrado no solo durante essa estação. A maior ameaça ao sapo da vereda é a transformação do uso da terra no cerrado, que vem sendo rapidamente convertida em monocultura de grãos e eucalipto. Mas não há preocupação em relação à extinção, devido às populações encontradas em unidades de conservação como o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Parque Estadual da Serra das Araras.



Foto: Luiz Tarcizio Gonzaga

TRAVESSIA

Parque Nacional Cavernas do Peruaçu

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral criada em 1999, situada a aproximadamente 45 km de Januária e a 15 km de Itacarambi. Com quase 57 mil hectares de extensão, o parque acompanha o Rio Peruaçu, afluente do São Francisco, e abriga mais de 140 cavernas e 80 sítios arqueológicos. A unidade assegura a proteção de espécies ameaçadas como o Lobo-guará, a Onça-pintada, o Jacu-de-barriga-castanha e a Cambeva. Anteriormente denominada Fazenda Retiro/Morro do Angu, a região do parque foi habitada por populações pré-históricas há mais de 10 mil anos, que deixaram inscrições rupestres em muitas das grutas e cavernas. O parque passa pela fase final das obras de infraestrutura, que envolvem a melhoria das estradas, a construção de roteiros de visitação e a sinalização, entre outras intervenções. Em breve, a visitação pública poderá ser realizada na área do parque, mas por enquanto a área ainda está restrita a fins de pesquisa ou à autorização prévia do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).